



Provas enviadas a
21 de 7

culos acentuo-os mais ainda a «organização científica do trabalho», contrária às tentativas de aproximar os níveis da execução e da decisão. Mas não parece que no plano dos objectivos da Empresa em ordem a fim de progresso humano — no plano que a designaria agora superficialmente dos «objectivos sociais» da Empresa — seja tão impossível ligar esses dois pólos, porque na definição e decisão desses objectivos os grupos institucionais de que se falou não têm tido uma experiência cem por cento negativa. Não esquecendo os limites e os obstáculos que ainda se levantam e continuarão a levantar-se por muito tempo, o que é importante realçar é o desenvolvimento da *dimensão social do trabalho*. As linhas de força em que esta se desenvolve exigem, como se vê, uma transformação dos sistemas de organização económica, social, cultural e política, e essa transformação radical é feita por homens nela lançados por pressões organizacionais ou estruturais. Neste ponto, é de realçar a importância cada vez maior da generalização e aprofundamento não só da formação profissional, como sobretudo duma formação de base, em que os problemas humanos sejam especialmente focados sob a sua *dimensão social*. O progresso social só tem sentido — precisamente enquanto social — pela participação consciente dos seus agentes, e se esse progresso deve, em certa medida ser planeado, essa participação só será verdadeiramente consciente, só empenhará a «pessoa», só será autenticamente humana, se for decidido e realizado democraticamente, nos seus processos e nos seus objectivos. Para isso: a necessidade de uma generalização cada vez maior da cultura, mas com um sentido de um novo humanismo, este novo humanismo em que a pessoa deixa de ser definida e de existir dominantemente como indivíduo, para se desenvolver na sua dimensão social que a torna solidária, melhor, que *faz desabrochar a sua solidariedade essencial com o outro*.

Assim, a autêntica humanização do trabalho que consiste no desenvolvimento da sua dimensão social, porque acto de pessoa humana, exige uma «reforma» ou transformação radical do sistema global socio-económico, cultural e político — no sentido da democracia. Exige-se portanto um novo estilo de política, um novo estilo de planificação, um acentuar da finalidade de progresso social como objectivo da cultura e da economia. As formas de democracia industrial ao nível da empresa são factor e resultante de formas de democracia na organização da sociedade global.

CLAUDIO TEIXEIRA

SERVIÇOS DE CENSURA
AUTORIZADO
COM
CORTES



21. de 7
Ref 7



FORA COM AS VACAS SAGRADAS!

Nem só em certos países do Oriente vacas sagradas, ao mesmo tempo intangíveis e inúteis, impedem nas estradas e caminhos a passagem a quem quer andar, a quem quer seguir depressa para o seu destino. Também ao que parece no Ocidente, algumas «vacas sagradas» tornam difícil o progresso nalguns caminhos da política, já de si estreitos e difíceis.

Assim pensa, pelo menos, o Burgomestre de Berlim Ocidental e simultaneamente Presidente do Partido Social Democrático Alemão (SPD), que acaba de ser reeleito para o seu cargo por 324 votos (em 326 possíveis), durante o 12.º Congresso do partido que teve lugar em Dortmund de 1 a 5 do passado mês de Junho.

Willy Brandt reapareceu. Willy Brandt refeito da derrota eleitoral sofrida pelo seu partido há oito meses, regressou, com um dinamismo e uma energia novas, ao primeiro plano da política alemã europeia. Golpe de teatro em Dortmund. Com efeito, o homem que dominou completamente a assembleia magna dos socialistas da República Federal, é o mesmo que, a pós a desilusão de Setembro passado, foi considerado por muitos e por nós próprios, em ocaso político.

A sua actuação anteriormente ao Congresso, entabulando diálogo com os dirigentes políticos do Partido Socialista Unificado da Alemanha Oriental, e a cabal demonstração q'ue fez em Dortmund da sua personalidade e maturidade políticas, valeram-lhe um êxito sem igual nos anais do partido. E pelo que se pode antever, não deixará de ser novamente o candidato a chanceler dos sociais-democratas para as eleições de 1969.

No Congresso de Bad-Godesberg, em 1959, o SPD fizera um esforço conseguido de desradicalização e de transformação de partido de classe em partido popular. Esse seu emburgesamento, tornado em parte necessário pela transformação da sociedade em que se inseria, e sobretudo por razões de estratégia política, deu lugar no entanto a uma acentuada perda de dinamismo e de personalidade. Do partido «sempre em oposições», do tempo do velho lutador Kurt Schumacher, o SPD passou a ser um partido morno, praticamente de acordo, nos pontos fundamentais, com o partido governamental. Dortmund 66 marca porém uma viragem quicá mais importante do que Godesberg 59.

Através dos contactos já iniciados com o SED, e com a afirmação categórica do desejo de abolição das «vacas sagradas» da política alemã, Willy Brandt, Wehmer, Erler, Helmuth Schmidt, asseguraram para o SPD a iniciativa em relação à política de reunificação e de relações com o leste europeu, que são problemas que afectam de perto todos os alemães. Alguém disse na imprensa da República Federal que tal facto poderia ser tão importante e ter na política alemã consequências tão marcadas como a decisão então tomada pelo democrata-cristão Adenauer de se lançar aberta e totalmente nos braços do Ocidente.

O SPD começa a reencontrar-se como partido de oposição, quer dizer, como podendo cferecer aos eleitores, em pontos essenciais, opções diferentes das apresentadas pela CDU/CSU. E o que é mais importante, opções verdadeiramente atraentes para um eleitorado cansado de lhe prometerem uma reunificação, em cuja direcção nenhuns progressos se têm feito, e consciente do imobilismo que nesta matéria têm evidenciado os democratas-cristãos.

Eis os pontos, tal como foram definidos em Dortmund, em que os sociais-democratas se começaram a afastar da ortodoxia instalada (as tais «vacas sagradas»):

1 — Da responsabilidade das quatro potências em relação à reunificação alemã, não

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CÓPIAS



R28

«O TEMPO E O MODO» N.º 70

Provas enviadas à Comissão

21 de 7

Ref 7



PRÉ-NOTA SOBRE O PROJECTO DO CÓDIGO CIVIL

Sinto que é um pouco acaciano começar por dizer que «um Código Civil é um diploma fundamental que requer de nós toda a atenção, pois que constitui a ossatura básica que regula as relações jurídicas privadas dum país», mas digo-o de qualquer maneira até porque este estilo não será de todo estranho a quem sobre o novo projecto se demore ou apenas se debruce.

O TEMPO E O MODO ter á necessariamente que falar sobre o projecto do Código Civil. As disposições projectadas, nomeadamente as que definem o estatuto jurídico da pessoa, as relações familiares e as relações com as coisas, dão, em certa medida, o tónus pelo qual se pode avaliar o grau de amadurecimento dum povo, quiçá de uma civilização e, por esse conjunto de razões, não podem ser tratadas com indiferença. Desde já, no entanto, quereíamos chamar a atenção para quatro coisas, umas de substância, outras de método. A primeira é que há no Código coisas positivas, entre as quais me apraz destacar já a investigação officiosa da paternidade. A segunda é que toda a ideologia que se diz informar o Código — e que nalguns passos efectivamente informa — expressa na introdução que apresenta o projecto — ou não foi exactamente compreendida, ou se pretenderam tirar dela ilações que lhe são estranhas ou contraditórias; a terceira é que um documento desta importância devia passar por uma formulação legal — quenão a do simples decreto-lei. A história do direito português e a história de Portugal saberão que um Código Civil se publicou por acto do executivo que deu quatro meses às instituições e à opinião pública — às condições de expressão da nossa opinião pública — para fazerem observações que entenderem, «de que superiormente se decidirá se tinham ou não cabimento».

Não sei se admirar a coragem se a inconsciência do executivo em não submeter ao legislativo um diploma desta natureza. Isto apesar de estarmos com o executivo em admitir de antemão a ineficácia de tal diligência. Mas sempre era uma atençãozinha...

Finalmente me apraz ainda dizer que as críticas que vejo formuladas vêm provar o que não necessita de prova: que não fizemos ainda a revolução francesa. Parece-me que seria a alutra de exigir dos intelectuais portugueses — nomeadamente dos seus juristas — que conseguissem por processo mental o que não foi feito por processo histórico — e que procurassem situar as suas críticas na perspectiva da civilização solidária que, em 1966, na Europa estão a viver.

A. A. B.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



Provas enviadas à Censura em 21 de 7

Ref +



sua altura de 13 metros contra os 17 da cêrcea dos edifícios estabelece uma relação imprópria. O debate generalizou-se, entre artistas, escritores, críticos e historiadores de arte, alunos do «Curso de Formação Artística» da S. N. B. A. (e com lamentável ausência de escolares das Belas Artes que não parecem especialmente tocados por tais problemas...). Carlos Botlho manifestou-s contra a colocação da estátua na Praça da Figueira pela impropriedade do local; Abel Manta, cepticamente (e epitorescamente...), achou que tanto fazia... Do Eng.º Santos Simões, que analisou largamente o problema, veio a sugestão de levar a estátua para Aljubarrota (opinião que o jornal *A Voz* também já defendeu), por razões de lógica iconográfica e parecendo provado que em Lisboa ficaria mal — na medida em que não se pode pôr uma estátua numa praça pré-existente e não será de esperar que se trace uma praça para a estátua.

O Prof. Arq.º Formosinho Sanchez sublinhou o facto de a resolução ter sido tomada apenas por 7 veradores — sete pessoas que tomaram uma gravíssima responsabilidade. Recordou-se então como há anos idêntica responsabilidade fora tomada para alteração da Avenida da Liberdade — gastando-se censuravelmente elevadas quantias a alter o que estava e a repor como estava antes... O crítico de arte Ernesto de Sousa, intervindo, achou que a discussão do problema poderia permitir à Câmara tomar consciência dum erro provável — e de o corrigir em função da análise e das críticas feitas. «Estamos ainda a tempo de anular uma decisão prejudicial à cidade, sem gastos maiores».

Este terá sido o maior eco público duma questão que deveria interessar os lisboetas a quem se oferece uma estátua, ou seja mais um ornamento para a sua cidade.

Que de ornamento afinal se trata: o problema foi posto nesses termos de decoração e não de estrutura. Em vez de pensar *estruturalmente* (ou seja irbanisticamente) o caso, a edilidade pensou-o *ornamentalmente*. A estátua foi vista apenas como ornato de Praça, «bibelot» maior ou mais pequeno, a decorar um sítio, ou a arrumar nalgum local, como um automóvel incómodo, entre os outros que atravancam a Praça da Figueira...

... Auto ou hipo-móvel — a associação de ideias é impiedosa e não há «zona azul» que valha aos lisboetas neste caso... O cavalo que temos ou nos dão, como o passear pela cidade, a que sítio o amarrar — como o tirar da chuva? O assunto seria próprio dum comenário do Ramalho de há 100 anos, senão de Offenbach. Porque o assunto é mesmo de há cem anos.

Um cavalo e um caveleiro — uma estátua equestre, em 1966! Será possível discutir uma «estátua equestre» em 1966, como se estivéssemos obedecendo a esquemas mentais de 1766 ou 1866? Será possível não vermos o ridículo da situação a que nos sujeitamos? E se deixássemos ficar a estátua em gesso, em qualquer arrecadação municipal? (foi sugestão feita também, durante os debates). Menos então se ririam de nós os nossos filhos, com certeza...

J. A. F.

SERVIÇOS DE CENSURA (SEDE) AUTORIZADO COM CORTES

64

Provas enviadas à Censura em
21 de 7 de 1966



1a

**ELE HÁ CADA MILAGRE...
OU ESPÍRITO DE PREVISÃO**

Passando do plano nacional ao regional quero referir-me também ao homem de ciência e talento que é o Senhor Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, professor consagrado do Seminário Bracarense que conheço através de um livro escrito em 1924 sobre a Senhora da Abadia. Os Amarenses e o Mundo Católico nunca saberiam dos segredos do Milagre se não aparecesse quem o descrevesse com tanta minuciosidade. É mais um Milagre a juntar a outros que nos fazem crer no Poder Divino. Ficamos a saber, por esse livro, que a Abadia, santuário erecto nos contrafortes dos montes da Abadia começou pelo ano 883 *antes* da E. de Cristo, a ter adoradores numa cabana aonde colocaram a Imagem da Senhora. Hoje é um Santuário visitado por milhares de fiéis em 15 de Agosto principalmente. Mais abaixo, no lugar do Terreiro de Bouro Santa Maria surgiu uma Igreja grandiosa e um convento anexo que foi visitado pelo primeiro Rei de Portugal tendo os monges que o habitavam beneficiado muito com essa visita. Até expulsão dos Religiosos do país foi Bouro e o seu convento uma notável terra de zeladores das riquezas nacionais.

Vanguarda de Arcos de Valdevez, 1966.

**GARTAS DE PORTUGAL,
PAIS DE BRANDOS COSTUMES**

Meu querido Luis

Recebi a tua carta e dois dias depois, o aviso do Banco, para ir receber o dinheiro que mandaste.

Já ofereceram mais dez contos pela fazenda do Tio Chico, mas eu acho que apesar disso ainda vale a pena comprar e esta semana vou ver se faço negócio e dou logo dinheiro de sinal, pois há muita gente interessada.

1a
SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

10

66

«DENTRO DO TEMPLO...» N.º 40

Provas enviadas à Censura em
...21 de 7..... de 196.6

que estão sempre a perguntar por ti e um beijo saudoso desta tua mulher que muito te estima.

Clara



ESTRATEGIA EUROPEU

Do discurso de dr. António Champalimaud na Assembleia Geral da Siderurgia Portuguesa:

Além de servir ao desembarque de carvões, destinados não só à Siderurgia mas também a outras indústrias situadas em ambas as margens do Estuário, e à carga dos «pellets» de Moncorvo destinados a exportações transatlânticas — já que as de destino europeu deverão encontrar melhor saída por Leixões — e de outros minérios oriundos do Sul, o novo porto seria factor decisivo de desenvolvimento da chamada península de Setúbal, onde, com a CUF há um século, a Siderurgia agora, e os Estaleiros e a Ponte sobre o Tejo amanhã, se lançaram as bases do que poderá vir a ser o maior e mais bem localizado centro industrial da Península Ibérica, à luz de uma estratégia europeia.»

18

O Primeiro de Janeiro, 29-4-966

«DENTRO DO TEMPLO...»
OU CRISTO-SOLDADO

19

A velha capela da Mouraria, onde se venera a imagem da Nossa Senhora da Saúde, foi ontem visitada, ao fim da tarde, pelo Chefe do Estado, que estava acompanhado do seu ajudante às ordens. Esta visita, que é já tradicional, precede, anualmente, a saída da procissão, marcada para domingo, e que percorrerá as ruas da baixa lisboeta, num trajecto que foi sensivelmente alterado, em consequência das obras do metropolitano, na Avenida de Almirante Reis.

A receber o supremo magistrado da Nação estavam o provedor e o vice-provedor da irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião, com outros componentes da

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

67

«O TEMPO DO NOSSO» N.º 60

Provas enviadas à Censura em
21 de 7 de 1966

Ref. x

mesma irmandade, o capelão padre Amaral Silveira, e muitas outras individualidades.

Dentro do templo, o Presidente da República recebeu os cumprimentos dos ministros da Saúde e do Exército, subsecretário desta pasta, presidente do Município da capital e Chefe do Estado-Maior da Armada, e individualidades que estavam acompanhadas de vários oficiais-generais dos três ramos das Forças Armadas.



O Primeiro de Janeiro, 21-4-966

INVESTIMENTOS DIVINOS
OU DE PRIMEIRA NECESSIDADE

ANGRA DO HEROISMO, 24 — (do nosso *Correspondente Especial*): — O núncio apostólico em Lisboa é esperado, nesta cidade, no dia 6 de Maio, para assistir na ilha de São Miguel às festas de Santo Cristo e à inauguração do novo Colégio-Seminário, instalado num grandioso edifício cuja construção, propositadamente para esse fim, orçou pelos 14 500 contos.

O Primeiro de Janeiro, 25-4-966

EMIGRANTES BE INFORMADOS
OU A COMUNIDADE DE IDEIAS

Depois de recordar a visita que efectuará a Portugal, há quatro anos, o ministro sul-africano declarou aos representantes dos órgãos de informação: «O propósito da minha vinda agora é o de visitar os serviços de emigração do meu país aqui instalados e analisar, simultaneamente, os projectos que existem para uma maior expansão dos nossos programas de emigração em relação a Portugal. Durante a minha permanência em Lisboa é possível que tenha conversações de nível oficial com alguns membros do Governo português». O sr. Trollip permanecerá em Lisboa até amanhã.

19

15

14/14

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

O Primeiro de Janeiro, 18-4-966

91

GRAFICA SANTELMO, LDA.

NOME
Tempo e medo

N.º *8340*

ENVIADAS EM *22 / 7 / 56*

RECEBIDAS EM *1 / 1*

PRIMEIRAS PROVAS



22
Provas

Quando uma literatura reflecte um tempo de crise não pode haver outra atitude que não seja a de agradecer-lhe o testemunho. Quando ela entra abertamente em guerra com convenções e quadros estabelecidos nunca será demais louvar-lhe a coragem. Isto porque ela deve sempre repercutir, no nível que lhe é próprio, a realidade autêntica. Ou seja, deve permanecer, e será esse o seu melhor título de dignidade, sempre de acordo com a verdade e com a vida.

Temer em literatura os ideólogos demasiado rígidos ou demasiado estreitos não é, como alguns supõem ou fingem supor, erigir em dogma o anarquismo artístico, apostar na desorganização pela desorganização. Teme-se aí, sobretudo, que um excesso de obediência à ideologia signifique, como muitas vezes significa, abstracção do real. Teme-se aí, sobretudo, que o demasiado respeito por concepções teóricamente certas resulte numa manifestação degradada e falsa. A arte em termos de fidelidade verdadeiramente «sem fronteiras», ou seja, a partir de uma óptica que nada descure do real, terá de ignorar esquemas pré-determinados, terá de produzir-se em plena e total liberdade. Só assim — e tanto mais quanto mais consciente for de que é uma peça, entre outras, na luta contra a alienação — ela poderá cumprir por inteiro, até às últimas consequências, a sua função moral.

Dizia ainda não há muito Virgílio Ferreira, num muito lúcido e vigoroso ensaio intitulado Arte, progresso, que «não é possível entender a História senão em função disso mesmo: da luta do homem contra tudo o que é reconhecidamente uma opressão. Luta contra a opressão económica para um horizonte imediato de socialização, é-o ainda também contra a opressão política e ideológica. Assim a História não parou onde terá cessado a luta contra a opressão económica...»¹. Isto também pode querer dizer

«MEMÓRIA DUM PINTOR DESCONHECIDO»
OU A PROJEÇÃO DE UMA CRISE

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

¹ Espaço do Invisível, Portugal Editora, 1965, pág. 103.



Provas enviadas à Censura

que o combate pela desalienação total — que não temos visto ser proposto, entre nós, com a mesma convicção e entusiasmo, com que se propõe a luta pela desalienação económica (e se o problema da prioridade tem significado aqui, já não o terá acolá, além do que perspectiva humanista terá de ser integral no espaço e no tempo) — terá de inscrever obrigatoriamente no seu programa a conquista da transparência, da visão franca e aberta de todos os problemas humanos. Se a arte tem aqui o seu papel, e nós acreditamos que sim, ele terá de ser o esforço para se integrar nesse processo de clarificação, para não recear os confrontos, por mais árduos que sejam, com o real. A não consciência disso, ou a consciência demasiado constrangida por objectivos apenas parciais, talvez explique porque algumas vezes se aproximam, num mesmo parentesco de abstracção e de ineficácia, certas obras de cunho idealista, indiferentes às implicações morais de se estar-no-mundo e de se estar-com-os outros, e certas obras de um realismo interessado nessas mesmas implicações. É que, nesses casos, se num lado o real pouco mais é do que um testemunho de vaporização, espaço indeterminado ou determinado apenas pela imaginação, no outro esse real é anquilosado por uma observação demasiado estreita, distorcido ao impacto de excessivamente presentes intenções, quando não obscurecido por absurdos preconceitos.

★

Não há muito tempo foi moda — e para muita gente ainda o é — cultivar o optimismo. Tal como fazem os fotógrafos de profissão, dizia-se a cada fabiano que se aprestasse para compor umas prosas, pintar um quadro ou fazer um poema: «Vá, olhe para o passarinho. Sorria». Como se o sorriso fosse coisa que se adaptasse como se adapta um chapéu! Como se fosse possível passar uma esponja pelos dramas mais íntimos e pessoais! Como se houvesse detergentes para embranquecer a alma angustiada





«O TEMPO E O MODO» N.º 40

ou triste ou ofendida de cada um! Como se no espaço em volta não continuasse a haver motivos de indignação, de revolta e mesmo de desespero! Como se, mesmo nos domínios, sempre meio reais e meio místicos, do lá fora, a perplexidade e a dúvida não tivessem anida muito de que se alimentar! Como se... Talvez com o pensamento nessa mesma época e no mesmo problema, Mário Dionísio, autor de um livro de poemas que nos sugere estas abreviadas considerações, declarava recentemente, em notável entrevista organizada por Alvaro Salema e publicada num jornal diário: «...agora já não vejo teorias. Vejo esquemas, esquemas, esquemas. Esquemas de pensamento e acção que nada ou muito pouco têm a ver com o que realmente se passa em nós e à nossa volta. Para onde vamos? Sim. E, sobretudo, por onde? Oxalá o soubessem os que dizem sabê-lo e nos queriam ver incansavelmente glosar, com uma inconsciência que espanta e dói, o «tout va bien, madame la marquise»². É significa-

7
Ref 7
SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE)
CORTADO

² Diário de Lisboa, 27 de Janeiro de 1966.

tiva a reflexão, partindo de quem parte, alguém que já tem sido bastante acusado de promover, à escala de uma corrente estética e de uma geração literária, o esquematismo abstracto, a unilateralidade, a mais implacável intransigência na defesa de orientações dogmáticas. E significativa por ter todo o valor, em relação à parte de validade que pode ter aquela acusação, de uma auto-crítica que ninguém lhe exigiu, de uma afirmação de independência de espírito que só dignifica quem a subscreve. Não se segue, e o próprio Mário Dionísio põe isso bem a claro na referida entrevista, que vamos inverter os dados da questão, fazendo substituir o dogma do optimismo pelo dogma do pessimismo, e que devemos tratar carinhosamente a angústia e o desespero como quem trata um jardim precioso. A lição da fábula, para os que a quiserem entender, é que não se pode erigir a imperativo categórico a expressão deste sentimento ou daquela emo-

Provas enviadas à Censura em

ção; que se não pode amordaçar num reino de determinismo aquilo que só vive e se move na liberdade; que é uma forma de atraioar o real o pretender-se conter em fórmulas os processos e os temas da criação artística; que a atitude rinocerônica de obediência cega ao que quer que seja (e a obediência, quando não frequentemente revista, reconsiderada, torna-se sempre cega) foi, é e será a menos adequada à fidelidade que o homem deve a si-mesmo, à descoberta e expressão da sua totalidade.

7



SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

★

Um livro onde tudo são linguas vivas, gritos e soluços ou apenas palavras claramente, esta Memória dum Pintor Desconhecido é bem uma história pessoal que, por múltiplas vias, nos expõe todo um itinerário de angústias, de desencanto, de hesitações entre ser e não ser, de procura de uma luz essencial, talvez aquela pequenina luz bruxuleante a que Jorge de Sena deu tão magnífica e inesquecível expressão poética ou a acerada pesquisa de uma libertação capaz de redescobrir novas energias, capaz de justificar renovadas esperanças. Entre os muitos dramas do pintor verdadeiro, ou seja, os do artista, e os dramas do homem não menos verdadeiro descortina-se o problema central de uma realização que, tanto no plano estético como no ético, se deseja plena, generosa, triunfante. Problema não solucionado e profundamente presente, ele é aqui equacionado em termos de clareza e de vigor dificilmente ultrapassáveis.

Falámos de angústia, esse verdadeiro «sinal de alarme»³ da nossa existência, esse sentimento cuja boa aprendizagem seria, no dizer de Kierkegaard, «o supremo saber»⁴.

³ Raymond de Saussure, in *L'Angoisse du Temps Présent et les Devoirs de l'Esprit* (Rencontres Internationales de Genève), Editions de la Baconnière, Neuchâtel, 1953, pág. 32.

⁴ *Le Concept de l'Angoisse*, Gallimard, Paris, 1935, pág. 221.

82 7
Ref 7
0



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

Essa angústia povoa quase todos os poemas deste livro. Assinala a sua fundamental motivação. Dá-lhe a sua mais veemente tonalidade emocional:

Amontoam-se as telas e os anos
secam as tintas nestas tábuas tortas
colecciona avidamente os desenganos
esperando em vão a paz das horas mortas

Não são palayras só tremer de dor
julgar que estala o coração não mais poder
Agora aqui a sós com estas cores sem cor
nas mãos o sinto bem sem o saber dizer

Em vão rasgo papéis...

*em vão o pintor procura fugir ao periódico
apelo, ao bicinho interior que renovadamente
o incitaa combate da criação, em vão o
artista foge à tentação de novos voos e ao
sofrimento desses voos, em vão cumpre o
gesto da desistência. Apesar da inquietação
e das frustrações, apesar de saber muito bem
que a dor é o salário da vocação criadora e
da sua dignidade, é-lhe impossível destruir
a chama impiedosa, a voz central, pois,
pensa ele, se te perco / que me fica?*

*Falámos de desencanto ou a amargurada
consciência de condenação perpétua. Certa-
mente, será essa a nota mais inesperada
desta Memória dum Pintor Desconhecido,
aquêlanota que, do ponto de vista temático
e em relação ao livro anterior, O Riso Disso-
nante, publicado há 16 anos, mais sublinha
que algode muito inédito se vem exprimir
nos seus versos. Onde então se dizia, con-
fiadamente:*

nas macieiras rompem as maçãs
desponta loiro o trigo no chão negro
é entre os mortos que o futuro floresce

diz-se agora:

Os presos contam os dias
eu as horas
nesta prisão maior onde um olhar ficou
[boiando]



Provas enviadas à Censura em
27 de de 1956

Ref 7

Nada é suficientemente exaltante para merecer o entusiasmo, a vibração de uma palavra confiante. Nada é merecedor do desprendimento de uma entrega. Tudo é tão pobre tão sem qualquer interesse, tudo tão exemplar nos promover-nos aborrecimento, enjojo, que pouco mais restará que a procura da indiferença, a conquista da serenidade no alheamento, a redução a uma «aurea mediocritas» que faça esquecer a percepção do fracasso. No plano em que é preciso salvar da derrocada total um compromisso, um prestígio, as amizades, vamos todos fazer aquela pequena e terrível batota em que uns e outros simulamos/a tal marcha heróica e derradeira em que não vamos. Deste modo, com tudo mal desde a raiz, que mais fica senão uma consciência fruste e miserável de existirmos?

Falámos d hesitação entre ser e não ser, constante balancear entre uma permanência que se quer (e não pode) inteira e uma fuga que covictamente se justifique e aceite. Sim e não, entre a clara acção que se forjasse num livre compromisso e a desistência franca, o definitivo alheamento:

Ah poder desistir mas desistir enfim ficar sem mágoa para sempre só presente não mais querer nem intervir nem desejar ser indiferente indiferente

Numa poesia onde a cada passo pressentimos o encontro desencontro reencontro /harmonioso e dissonante de uma personalidade em busca de coerência e plenitude assistimos ao desenrolar de um processo em que a dicotomia não encontra afirmativas formas de superação. Na imprecisão das suas verdades, pelas veredas de uma realidade que, mesmo quando sacudida por um frêmito de solidariedade, não está disposta para nela escolhermos, definitivamente, um alvo a que se dê total adesão, na confusão de contornos e de solicitações, como não colher apenas na interrogação difícil o prémio da consciên-

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO



«O TEMPO E O MORRER»
PROVAS ENVIADAS À CENSURA

22

7
Ref 7

6

cia demasiado exigente? Como pintar esta paisagem/sem montes sem planície sem árvores sem casas (...)? Como saber/não querer pintá-la? A salvação há-de encontrar-se ou não. Entretanto procura-se.

Falámos da luz, de uma libertação. Por aparentemente escassas possibilidades o poeta tenta. Cantar de novo, falar outra vez, de futuro e de esperança? Atirar, como gritos, novas e rutilantes palavras? Anarquisar, matar, desorganizar, dissolver? Ir com a maioria dos outros, adormecido rebanho, para as comuns distrações? Perguntas desfraldadas para muitas soluções. O poema «E agora?», que sendo um dos mais belos deste livro, é um das peças mais profundamente emocionantes da poesia destes últimos anos e constitui desde já, pode afirmar-se, documento capital para a futura compreensão sócio-cultural do nosso tempo, dá-nos a resposta mais típica do autor, bem como a atmosfera de melancólica depressão que, embora dele, Mário Dionísio, é também a de muitos de nós:

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

E agora?
Agora é aguardar que as tintas sequem
depois de secas pouco a pouco estalem
cada pedaço caia o varra o vento
e tudo se esboree na paz enfim total do
[esquecimento]

Côres que não queimam quem as vê
palavras que não chamam quem as ouve
mãos estendidas na bruma que só bruma
[envolve e esfuma]
para quê?

Olhos em brasa
sob a cinza do medo para quê?

Inútil esperar mais que os mudos falem
os surdos oiçam e o milagre ano a ano
[construído]
por quem entende e por quem entende mais
[odeia o sofrimento]
sem razão senão o espanto e nojo de nós



[mesmos sabido e consentido
alguma vez se dê

Devo chorar ou ri?

Tudo está tão certo e afinar contente ou faz
[de conta
na ventura tranquila e tão bem policiada
da cidade a saque

Então que é que se conta?
Fui ao Fellini Viste? Que estopada!
Diz que sim mas não vi Agora com a TV
é raro sair
de casa.

Excelente este conhaque

Outras vias, porém, podem abrir-se, além das que conduzem aos muitos opiários que a técnica, quando conspirativamente organizada contra o homem, põe ao nosso alcance: rompermos os diques de um mínimo de bom senso e de equilíbrio (é, até certo ponto, o que o autor propõe em «Tambor Azul»); ajudarmos lucidamente a nosas própria derrocada (cite-se, ainda outra vez, o poema «E agora?»); generalizarmos e meditarmos na derrocada do nosso tempo ou de uma geração (Nus aqui estamos/perante as carabinas da cegueira/que da nossa pobreza alimentamos); ou revolvermo-nos ainda, como quem diz adeus, numa ténue esperança:

Que nada são os dias e os anos
para um tão grande amor que vou pintando
com o próprio sangue dos meus e teus

[enganos
que há-de nascer que há-de florir que há-de
e há-de e há-de

quando?

Caminhos obedientes a uma clara exigência e a uma aturada pesquisa, eles destinam-se a conduzir o poeta à alegria feroz de

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

99

22

7



uma libertação. Esses caminhos bifurcam-se sempre na interrogação básica: mas é preciso? Eles pelo menos encontram, incansavelmente, esta resposta exacta: só sei que preciso respirar.

Se de um ponto de vista formal esta Memória dum Pintor Desconhecido não está livre de alguns reparos — poderia falar-se da certa razão «excessiva», isto é, não suficientemente transmutada, que por vezes quebra o natural movimento da esplanção ou ainda dos recifes do pendor discursivo em que noutras vezes encalha a sua barca poética —, do ponto de vista da sua totalidade e unidade não podemos deixar de considerá-la como um dos livros de poesia mais significativos e importantes dos últimos anos. Impressionante documento humano, répositório de preocupações e perplexidades que são muito comuns às consciências lúcidas do nosso presente e especialmente de aqui, ele ainda tem a virtude de nos trazer, por entre os acentos graves de amargor, de desencanto, de tristeza, de desânimo, a redentora alegria de versos como estes:

Cantarolar pela rua Assobiar
de mãos nos bolsos como quem tem dez anos
[ou cinquenta
Ter aberto um jornal que não se lê
Interromper sem razão uma conversa
Voltar e não voltar e afinal voltar
Contagiar desta alegria toda até aqui
[submersa
os que não sabem nada disto ou disto riem
e só de ver sorrir assim também sorriem
confusamente sem saber porquê

isto é estar vivo é bom e não se explica
nem inventa

*Subedoria feita de dolorosa aprendizagem,
é certo. Mas refulgente abertura para um
universo de imprevisíveis possibilidades.*

JOÃO RUI DE SOUSA

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
CORTADO

110
60
6

«O TEMPO E O MODO» N.º 7
Provas enviadas à Concursa em 82

truário normal, mas em valor absoluto — série que se avantajou em muitos aspectos às das suas parentes ricas e da qual destacou um excelente concerto sinfónico dirigido por Joly Braga Santos e preenchido por música contemporânea de vanguarda — com obras de Penderecki, Cristobal Halffter, Ginastera e dos portugueses Cassuto e Peixinho.

II — S. Carlos: ópera e ballet

Nada de muito novo na retaguarda organizadora do nosso Teatro Nacional de S. Carlos: o mesmo figurino de sempre — três óperas alemãs, uma portuguesa, duas francesas, cinco ou seis italianas, cinco ou seis espectáculos de ballet — o mesmo pendor ~~na~~ na escolha do repertório (até das «novidades»: este ano a temporada abriu com uma estreia em Portugal, a sêdica «Tiefland» do epigono D'Albert), a mesma política (louvável) de qualidade na escolha dos elencos, com prioridade para os cantores (o que já é menos louvável: dever-se-ia cuidar igualmente, quiçá até com maior atenção, dos responsáveis pela direcção do espectáculo — maestro e encenador; é justo, no entanto, assinalar que este ano estiveram presentes os maestros Gianfranco Rivoli e Fritz Riegen e os encenadores Louis Erlo e Georg Reinhardt, reforço de muita valia e com efeitos claros e imediatos). De reter: uma grande récita «à antiga», um Barbeiro (há quantos anos já se não ouvia em S. Carlos uma ópera cômica de Rossini!) excelentemente cantado (com uma criação sensacional de Sesto Bruscantini no protagonista) e um pandemónio irresistível em cena; e uma admirável representação duma autêntica «novidade» (esta sim!), a Penépole de Fauré, representação completa do teatro mais completo — o drama musical — posta em cena por Louis Erlo com uma inteligência provavelmente nunca vista naquele vetusto palco, um o lhar ao mesmo tempo intenso, hierético e compassivo, perfeita transposição plástica da reacção determinante deste composto singular: Homero + Fauré.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



também subiu consideravelmente. Tentar-se-á saber porquê:

As Raposas é uma peça com 30 anos de idade. Escrita, portanto, na década de trinta, quando a América se refazia da grande crise e se preparava para a guerra de quarenta. As raposas são os Yankees, vindos do norte progressiva, para industrializar e civilizar o sul decadente e exangue, que vive na recordação alcoolizada dum passado latifundiário e escravagista. A promoção duma sociedade feudalizada é gravemente comprometida pelo oportunismo ganancioso das raposas que, desde os tempos bíblicos, invadem e devastam, sempre que podem, as vinhas de uvas tenras e maduras. As raposas são raça matreira. Foram a segunda camada da revolução francesa, que a conduziu direita à aventura napoleónica. Foi o reaccionarismo do Norte dos Estados Unidos, que humilhou o branco vencido e não dignificou o negro impassível, e que William Faulkner magistralmente retratou no clã dos Enopes. É o nazismo enfatuado e belicoso que se apresenta a redimir uma Alemanha supostamente ofendida e por isso mesmo vulnerável. É o americano tranqüilo na Indochina de 54 e nervosíssimo no Vietnã de 66. É o neocolonialismo a insinuar-se em povos mal refeitos duma liberdade sempre roubada, nunca vislumbrada e de súbito alcançada. E à escala regional, o pato bravo que a revista do parque Mayer não se cansa de denunciar e Lisboa acolhe e alimenta. São, enfim, os Maldonados, família rica e alliva, distante e distinta, tão condescendente quanto intolerante, que condena os seus servidores ao isolamento duma jangada, delas fazendo sua caricatura e seus despojos.

Na peça de Lillian Hellman assistimos às manigâncias de uma família de raposas, os Hubbards, para se apossarem, à sombra dos ideais de Abraham Incoln, da herança que uma sociedade anacrónica e decadente não tem coragem nem sabedoria para conservar. Por isso mesmo não a merece. É curioso notar que o autor costiga o mais lídimo e mais lúcido representante da aristocracia



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

121
20

22 7 6
ppp7
pitrpassada, o banqueiro Giddens, com a tremenda desvantagem que, na economia do struggle for life então nascente, constitui uma doença do coração. Giddens é o produto perfeito duma sociedade doente que cometeu numa derradeira tentativa para sobreviver, o seu último e irremissível erro ao associar-se pelo casamento a um exemplar magnífico da raça daninha que são as raposas. E isso o matou.

Por outro lado, Romeu Correia mostrou-nos, na sua peça, os efeitos que outra matilha de raposas, os Maldonados, exercem pela simples, longínqua e implacável presença na vida e relações daqueles que dominam e de que se servem, ensinando-lhes o desejo de a elas se igualarem e cercando-lhes as oportunidades de o conseguirem. Menos odiosas que os Hubbards mas infinitamente mais desprezíveis são as raposas frustradas que vivem na jangada baloiçada pelos Maldonados.

Variações sobre o mesmo tema, As Raposas e A Jangada advertem-nos da actividade nociva do oportunismo e contra a tentação deses mesmo oportunismo.

A escolha de um repertório obedece, no nosso país, a um sem número de critérios, alguns alheios ao gosto e ao pensamento dos responsáveis pelas companhias teatrais. Pode até ter sido devido ao acaso da conjugação dos mais variados factores, que a Cê Pê Cê montou A Jangada a seguir à peça de Lilian Hellman. Permanece, porém, que o facto deu-se e com ela se proporcionou ao Teatro em Portugal um apreciável serviço. E ao dizê-lo devo esclarecer que por bom serviço se há-de entender não só a selecção do repertório, mas ainda, como não podia deixar de ser, a competência com que as peças escolhidas são encenadas, a força e correcção da interpretação e, consequentemente, a qualidade do espectáculo resultante.

Dir-se-á que a encenação de uma peça como As Raposas não põe problemas delicados, tão caracterizados são os personagens. Quero crer, porém, que o encenador menos atento facilmente se deixará enlevar pela aparente ausência do problema que resulta



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
GORTES

6
40 124

22
7
Ref. 7
6



jangada e cavando o fosso do rio sempre presente e invisível, entre as irmãs Carolina e Lucia e a cidade. A cidade que é o mundo e os outros, a cidade donde partem barcos com pessoas que vão ver outras terras e outras gentes e a que chegam barcos com pessoas que falam outras linguas e têm olhos de cor diferente dos dos Maldonados.

O espectáculo tem ainda a servi-lo uma interpretação correcta. Julgo importante insistir nesta qualidade de correcção, na medida em que no conceito respectivo engloba não só a força interpretativa dos actores, que é própria de cada um, as a integração num conjunto que se quer actuante segundo uma determinada orientação e no respeito duma disciplina. É muito agradável verificar que, de espectáculo para espectáculo, os actores da CêPêCê agem com uma consciencia de grupo sempre mais acentuada e, portanto, se vão tornando mais aptos a communicarem com o público, em vez de proporem a uma colecção de espectadores a simples e intolerável exhibição desta ou daquela vedeta. Neste particular deve-se, porém, reconhecer que a arquitectura do Teatro Villaret está concebida por forma a facilitar a desejada comunicação entre a cena e o público, cabendo aos encenadores e actores sabê-la aproveitar. O que têm vindo a fazer.

Em suma, a Companhia Portuguesa de Comediantes ofereceu dois espectáculos que não serão duas montagens geniais de duas obras-primas do teatro. Mas são realizações sérias e probas, a revelarem um paciente, longo e exaustivo trabalho de profissionais autênticos. Souberam também escolher peças que, dentro das limitações de selecção com que terão deparado, acordam um certo eco das inquietações do nosso público. Essas peças estão escritas numa linguagem simples, inteligível, não caricata e que resulta no palco. Isso quer dizer que Romeu Correia sabe escrever para o Teatro e que José Palla e Carmo é um tradutor competente, conhecendo a lingua que traduz e as particularidades sonoras daquela para que traduz.

JOSÉ DOMINGOS MORAIS

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



GRÁFICA SANTELMO, LDA.

NOME

TEMPO MODO

N. 8340 PRIMEIRAS PROVAS

ENVIADAS EM 27/7/66

RECEBIDAS EM / /

164



TEMPO E O MODO N. 40

Provas enviadas à Censura em

27 de 7 de 1966

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) CORTADO

NOTA DA REDACÇÃO — Depois do Festival da Casa da Imprensa, a mais inexorável secura cinematográfica caiu sobre Lisboa. E, num fenómeno já preparado por Zorbas, Comboios, Gloriosos Malucos e afins, mas nunca com tão assustadoras proporções registada, sucederam-se os êxitos de bilheteira na razão directa das mediocridades ou monstruosas mistificações exibidas. Dos sete meses (!!!) da insípida e medíocre Música no Coração (ainda é o menos) Kramerosa palavrice de A Nave dos Loucos passou-se por coisas tão repugnante como as Escravas ainda existem (continuam a existir no recém-inaugurado Estúdio 444) ou, excedendo em abjeção o crível ou imaginável, África Adeus, desse canino crápula que se chama Jacopetti.

O TEMPO E O MODO tinha pedido a Gérard Castelo Lopes uma crítica de conjunto a essas peças exemplares do cinema da abjeção. Por razões que vêm explicadas na carta que o nosso colaborador nos enviou e que publicamos na secção correspondência, não pôde G. C. L. desempenhar-se dessa missão.

Nesta circunstância, preferimos não gastar espaço com tais «coisas» e dedico a crítica de cinema deste número a dois filmes sérios e importantes que já passam há alguns meses e aguçar a curiosidade do leitor com a crítica de Jorge de Sena ao filme de Munk A Passageira, que não foi vista entre nós. Este último texto permite-nos ainda chamar a atenção para o cinema polaco que actualmente, com Skholimonorsky e outros, conhece de novo uma hora grande.

Sirva esta nota ainda para saudar dois nomes maiores do cinema contemporâneo, que tiveram ultimamente, obras repostas em Lisboa. Referimo-nos, é evidente, a Hitchcock e a Nick Ray.